

3.

A PUC-Rio e o Projeto FESP

“É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que “chegam” em sua geração. [...] O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. [...] O sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos.” Freire, Paulo. Carta do direito do dever de mudar o mundo. Pedagogia da Indignação, 2000.

O presente capítulo busca conhecer a história do FESP, os motivos de sua criação, seu desenvolvimento ao longo dos primeiros dez anos de sua existência, bem como, a atuação do serviço social no mesmo.

O resgate histórico do FESP foi construído a partir da leitura e análise de documentos arquivados no próprio Projeto e no desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas com algumas pessoas que atuaram, ou ainda, atuam no mesmo.

Foi possível ter acesso a relatórios da Divisão de Pastoral Universitária (DPU), projetos escritos para solicitação de financiamento à Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS)¹⁴, notícias sobre o FESP, publicadas em informativos da própria Universidade (Jornal da PUC), atas de reunião do extinto Conselho de Solidariedade (CONSOL) e relatórios de prestação de contas dos projetos escritos para financiamento.

Para a realização das entrevistas¹⁵, a seleção dos entrevistados tomou por base os seguintes critérios: a) ter atuado no CONSOL; b) ter sido uma das primeiras pessoas a trabalhar diretamente no FESP e que ainda permanecem no Projeto.

¹⁴ ANEAS – Associação civil, sem fins lucrativos, de cunho filantrópico, de natureza educacional, assistencial e cultural, em consonância com as diretrizes da Companhia de Jesus – Jesuítas, e que tem por objetivo a formação integral da pessoa. (ANEAS, Relatório de atividades - 2005)

¹⁵ Roteiro de entrevistas. Anexo 1

Em função dos critérios estabelecidos, foi possível obter um total de sete pessoas que foram convidadas e aceitaram participar do presente estudo concedendo entrevistas para a realização do resgate histórico do FESP. Este grupo inclui uma professora e seis funcionários de diferentes departamentos/unidades da Universidade.

Sendo o FESP um Projeto desenvolvido pela PUC-Rio, antes de passar a descrevê-lo, faz-se necessário, inicialmente, contextualizar ainda que brevemente, a instituição na qual o mesmo se situa a própria Universidade, e ainda, conhecer o seu Programa de Bolsas de Estudos, uma vez que, todos os alunos atendidos pelo Projeto são bolsistas.

3.1. A PUC-Rio e seu programa de bolsas

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição de ensino superior, privada, confessional, comunitária e filantrópica. Foi à primeira Universidade privada do Brasil, criada em 1941, por iniciativa da Igreja Católica e confiada à Companhia de Jesus (Jesuítas), tendo como fundadores o arcebispo Dom Sebastião Leme e o Padre Leonel Franca – primeiro reitor da Universidade.

Segundo seu Marco Referencial, define-se como

“[...] instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão. É uma universidade particular e confessional, que tem ademais um caráter comunitário, enquanto está ligada a um grupo social que aceita a inspiração da tradição humanístico-cristã da Igreja Católica e, ainda, enquanto em sua atuação se concebe como uma instituição prestadora de um serviço de interesse público.” [Marco Referencial, PUC-Rio, 2001, p.15]

Podemos defini-la pelas palavras cujas iniciais compõem sua sigla. Pontifícia, significa que a instituição é reconhecida pelo Vaticano. Universidade indica uma educação que tem por objetivo o ensino, o desenvolvimento de pesquisas e a extensão – práticas voltadas para a sociedade. Católica, por ser reconhecidamente baseada em princípios da fé cristã católica, além de ter confiada sua gerência à Companhia de Jesus, ordem religiosa conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional. A alta direção da

instituição pertence ao arcebispo do Rio de Janeiro, uma autoridade acima do reitor e ligada diretamente ao Vaticano.

Quando foi criada em 1941, funcionava em Botafogo, no Colégio Santo Inácio. Seus primeiros cursos foram Direito e Filosofia, e mais tarde foi criada a Escola de Serviço Social, no Instituto Social, prédio situado no Humaitá. Em 1955, foi transferida para o campus da Gávea, onde se encontra até os dias atuais.

Enquanto instituição de ensino, desenvolve cursos nos níveis de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), através de seus quatro centros: o CCS (Centro de Ciências Sociais), CTCH (Centro de Teologia e Ciências Humanas), CTC (Centro Técnico Científico) e CCBM (Centro de Ciências Biológicas e de Medicina). Na graduação possui os seguintes cursos: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Econômicas (economia); Ciências Sociais (sociologia); Comunicação Social (cinema, jornalismo e publicidade e propaganda); Design (comunicação visual, mídia digital, moda e projeto de produto); Direito; Engenharia (ambiental, civil, de computação, de controle e automação, elétrica - telecomunicações, mecânica, metalúrgica e dos materiais, de petróleo, de produção, química); Filosofia; Física; Geografia; História; Letras (português/inglês e literaturas correspondentes, português e literatura de língua portuguesa, produção textual, tradutor – inglês); Matemática; Pedagogia; Psicologia; Química; Relações Internacionais; Serviço Social ; Sistemas de Informação e Teologia.

Segundo o Balanço Social 2006/2007, a Universidade desenvolve diversas ações na área social e de pesquisa que buscam cumprir sua finalidade, de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas pode-se indicar: Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) - oferece atendimento jurídico gratuito a pessoas com renda mensal máxima de quatro salários mínimos; Programa de Integração Universidade Escola e Sociedade (PIUES) - realiza o trabalho de complementação escolar dirigido a estudantes e professores do ensino médio; Núcleo de Orientação e Atendimento Psicoterápico (NOAP) - desenvolve trabalhos de ação psicopedagógicas com crianças e adolescentes que apresentem problemas de aprendizagem; O Projeto Universidade-Comunidade (UNICOM) - proporciona aulas de reforço em favelas, entre outras atividades; Núcleo de estudo e Ação sobre o Menor (NEAM) - desenvolve a mais de 25 anos atividades de extensão escolar para crianças e adolescentes das camadas populares; Núcleo de Educação de Adultos – Programa Raízes Comunitárias

(NEAD) - desempenha ações voltadas para inclusão social de jovens e adultos sem escolaridade básica; Instituto de Odontologia da PUC-Rio (IOPUC) - atende a população do entorno com serviços odontológicos e Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) - oferece estágio profissionalizante aos estudantes de Psicologia, com atendimento à população do entorno, entre outros.

Em sua estrutura, a PUC-Rio tem uma Reitoria e quatro Vice-reitorias setoriais: Acadêmica – responsável pelo desenvolvimento de ensino e pesquisa; Administrativa – tem como finalidade a contabilidade; Desenvolvimento – tem a função de buscar fundos para a Universidade; e a Comunitária – que cuida das questões comunitárias, estimulando, orientando e coordenando atividades, espaços e serviços, como objetivo de valorizar o ser humano e promover o seu desenvolvimento integral, também é responsável pela implementação e distribuição de bolsas de estudos, via Coordenação de Bolsas e Auxílios, são elas:

As bolsas funcionário e professores, bem como seus dependentes fazem parte do acordo sindical, também chamado de acordo coletivo, desse modo, a PUC-Rio é obrigada a distribuí-las. Assim, temos:

- ✓ Bolsa Funcionário – para os funcionários e professores da instituição;
- ✓ Bolsa Dependente Funcionário – para os dependentes legais;

Existem bolsas com os mais diversos objetivos, entre eles, o incentivo ao desempenho acadêmico:

- ✓ Bolsa Desempenho Acadêmico – voltada para os alunos que ingressaram nos primeiros lugares do vestibular;

Bolsas concedidas através do Governo Federal:

- ✓ Bolsa FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, realizado através da Caixa Econômica Federal;
- ✓ Bolsa ProUni – Programa Universidade para Todos – destinada a alunos oriundos de escolas públicas ou privadas que comprovem bolsas integrais. Forma de acesso – ENEM.

Bolsas da instituição, destinadas a alunos que não possuem condições financeiras de arcar com os custos da mensalidade, podem ser distribuídas na modalidade parcial ou integral:

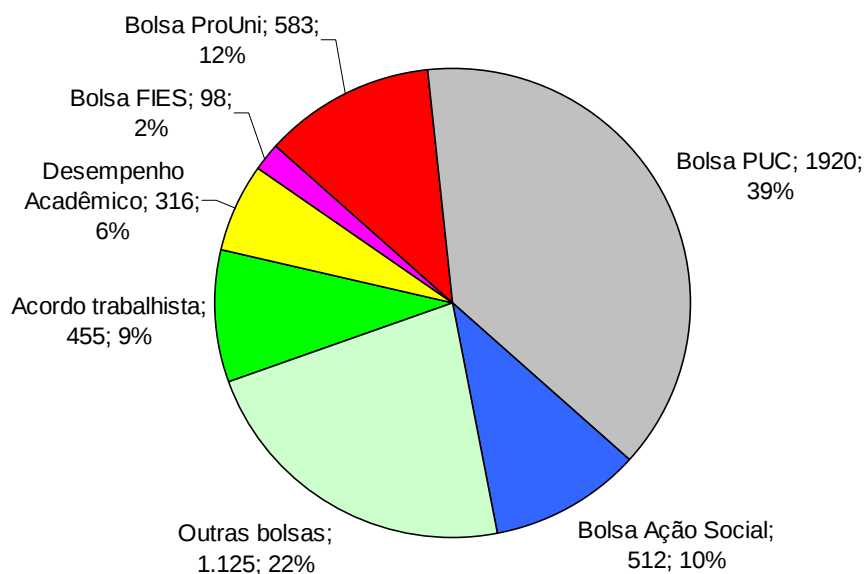
- ✓ Bolsa PUC – concedia pela Vice-reitoria para Assuntos Comunitários, mediante estudo socioeconômico, realizado pela equipe de serviço social, pode ser parcial ou integral;
- ✓ Bolsa Ação Social – destinada a alunos oriundos de Pré-Vestibular Comunitário – parceria estabelecida pela Universidade com os Pré-Vestibulares Comunitários, na década de 90 e são distribuídas somente na modalidade integral;

Outros tipos de bolsas:

- ✓ Bolsa Coral – para alunos que cantam no coral da Universidade;
- ✓ Bolsa Doador – para estudantes indicados pelos doadores;
- ✓ Bolsa Esporte – integrais ou parciais para alunos que se destacam no esporte;
- ✓ Bolsa Estágio – percentuais de bolsa para alunos que realizam atividades de estágio na PUC-Rio;
- ✓ Bolsa Institucional – é solicitada diretamente à Reitoria, podendo ser parcial ou total;
- ✓ Bolsa Reembolsável – bolsa que devem ser pagas a Universidade depois da formatura do aluno;
- ✓ Bolsa Intercâmbio – destinada a alunos estrangeiros de intercâmbio;
- ✓ Bolsa Seminaristas e Religiosos – concedidas a alunos que desenvolvem atividades pastorais, ou de vida cristã, geralmente associada ao curso de Teologia;

Segundo dados disponibilizados pela Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, em dezembro de 2007, a PUC-Rio tinham 11.758 alunos, sendo 5.009 bolsistas.

Gráfico 2 – Distribuição de bolsas de estudos da PUC-Rio, no mês de dezembro de 2007



Fonte: Vice-reitoria para Assuntos Comunitários/PUC-Rio

O Programa de bolsas da PUC-Rio, em especial a bolsa Ação Social, foi tema de alguns estudos de alunos de mestrado da própria Universidade, dentre eles, destacam-se: Milman (1993) – Mestrado em Serviço Social - realizou um estudo acerca do programa de bolsas de PUC-Rio, mais especificamente da bolsa reembolsável, ou também chamada de rotativa. A autora teve por objetivo traçar um perfil dos alunos atendidos e compreender a percepção dos mesmos sobre o referido programa de bolsas; Paura (2001) – Mestrado em Serviço Social - pesquisou sobre a bolsa Ação Social, criada na década de 90 para atender a um público específico – alunos oriundos de Pré-vestibulares Comunitários – sua pesquisa teve por objetivo retratar a dinâmica do programa de bolsa Ação Social, e conhecer a atuação do assistente social; Almeida (2003) – Mestrado em Educação - realizou um estudo sobre o programa de bolsa Ação Social da PUC-Rio, considerando-o uma ação afirmativa, o público alvo da pesquisa foram os alunos do curso de serviço social da Universidade; Barcellos (2007) – Mestrado em Psicologia - analisou a experiência de jovens, oriundos de Pré-Vestibulares Comunitários, bolsistas de ação social, na criação de táticas, individuais ou

coletivas, usadas para enfrentar os impasses que se colocam no cotidiano do espaço acadêmico na PUC-Rio.

Assim, devido ao caráter amplo e diversificado do Programa de Bolsas da PUC-Rio, e sendo nosso interesse de estudo a permanência de alunos bolsistas na Universidade. Definimos como público alvo da pesquisa os bolsistas de Ação Social e ProUni, representando o maior número de alunos atendidos pelo FESP.

Desse modo, faz-se necessário descrever brevemente a implementação do programa de bolsa Ação Social, e posteriormente, a implementação da bolsa ProUni.

Segundo Barcellos (2007), o Programa de bolsa Ação Social foi criado em 1994, para atender à jovens pobres, provenientes dos Pré-Vestibulares Comunitários – PVCom. Inicia-se com a parceria estabelecida pelo frade franciscano David Raimundo dos Santos com o movimento social de Pré-Vestibulares Comunitários, inicialmente o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC).

De acordo com Mariz, Fernandes e Batista (2003), este movimento social, teve início na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro instalando-se inicialmente no município de São João de Meriti, através da Pastoral Negra e da Pastoral da Juventude, em 1992/93, tendo como principal articulador, Frei David Raimundo dos Santos. O PVNC tem como objetivo preparar o estudante pobre, residente em periferias e favelas, para o vestibular. Realiza debates em torno da questão racial e assuntos da atualidade, através das aulas chamadas de 'Cultura e Cidadania'. É custeado pelos próprios estudantes, via contribuição mensal, e seus professores são voluntários, mantendo assim, a autonomia do movimento social.

O PVNC é regido por uma Carta de Princípios, documento utilizado como base para abertura e credenciamento de núcleos, e se define como:

“[...] um movimento de educação popular, laico e apartidário, que atua no campo da educação através da capacitação para o vestibular, de estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negros (as) em particular.

Com o ensino pré-vestibular e outras ações, o PVNC quer ser, em caráter geral um Movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do Ensino Público, gratuito e de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos municipal, estadual e federal.” [PVNC, 2008, p.04]

Em 1994, o PVNC se consolida, abrindo vários núcleos no Rio de Janeiro. Segundo Nascimento (1999), no final desse ano, o PVNC contava com 20 núcleos, e continuando em seu processo de estruturação criou, em 1995, o Conselho Geral, que é a instância coletiva com função de organizar o movimento.

Entre outros movimentos sociais em prol da educação na área de promoção do acesso ao ensino superior, além do PVNC encontramos outros Pré-Vestibulares Comunitários, a saber: EDUCAFRO - Organização Não Governamental (ONG) - Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes, que se define como rede de cursos Pré-Vestibulares Comunitários, realizado pelos frades franciscanos do Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS. Ainda temos os chamados Pré-Vestibulares independentes, ou seja, atuam na mesma área, no entanto não são filiados aos movimentos previamente descritos.

“[...] o movimento dos pré-vestibulares já nasceu como movimento social marcadamente plural (no caso tomamos o PVNC como núcleo deste nascimento), no tocante (i) à diversidade das questões que ele denuncia e nas quais intervém (racismo, exclusão educacional, pobreza – dimensões constitutivas de uma sociedade com uma das maiores concentrações de renda do planeta), e (ii) à composição de seus militantes (sobretudo aqueles que formaram uma espécie de ‘núcleo duro’, cujas discussões definiam as linhas mestras de como seriam os núcleos), que eram oriundos de movimentos e experienciais de militância bastante distintos.” [SANTOS, 2005, p.189]

Com a entrada de alunos oriundos de Pré-Vestibulares Comunitários, em especial o PVNC, a PUC-Rio se depara com uma questão até então desconhecida: a permanência/manutenção desses alunos nos cursos de graduação, principalmente em função de dificuldades financeiras para custear o acesso ao campus e à alimentação.

De acordo com relatos dos membros do CONSOL, que serão apresentados mais adiante, a questão da permanência evidenciava-se com a desistência de alunos em cursar a graduação (trancamento de matrícula), situações de escolha de dias para freqüentar as aulas, acarretando o comprometimento do desempenho acadêmico. Houve ainda, casos graves de desnutrição, anemia profunda e demais doenças oportunistas da fragilidade imunológica dos alunos, fatores ligados intimamente a má, ou até mesmo a ausência de alimentação no período em que estavam no campus universitário.

A gênese da criação do Projeto FESP é atribuída a um pequeno grupo de funcionários, professores e membros da Divisão de Pastoral Universitária (DPU) que mobilizados com a situação desses alunos pobres, criam em 1997, o FESP, uma ação coletiva, em resposta à questão da permanência deles na Universidade.

Conforme já indicamos além dos alunos provenientes dos PVCom outro grupo de bolsistas representativo da ação contemporânea no FESP é constituído por alunos provenientes do ProUni, Programa de Governo que tem por objetivo promover o acesso ao ensino superior de alunos da rede pública, ou que tenham estudado em escolas privadas com bolsas de estudos integral.

Uma leitura atenta do ProUni permite perceber que seus critérios, estão em consonância com as propostas feitas pelo Consenso de Washington, são baseadas no discurso da crise educacional na América Latina e relacionam-se a conceitos como os de: eficiência, eficácia e produtividade. O que gera a crise educacional, segundo os idealizadores do Consenso, é o fato da educação ser de responsabilidade público estatal, sendo assim, é necessária a criação de critérios competitivos baseados no esforço e no mérito individual.

“Trata-se enfim, de transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo mérito e capacidade dos consumidores.” [GENTILLI, 1998, p.19]

O ProUni enquanto Programa de Governo, no qual o aluno candidata-se e é selecionado por critérios de nota, pode ser considerado como uma resposta às exigências impostas pelos ajustes neoliberais relacionada a questão da meritocracia individual. Outra característica latente é a individualidade, que recorta todo processo seletivo do Programa, uma vez que, os alunos não pertencem a um grupo em comum, antes do ingresso na Universidade. Tal observação se dá em função dos atendimentos realizados no FESP, quando podemos comparar os bolsistas Ação Social e os ProUni, na PUC-Rio. Os primeiros pertencem a um grupo, os de Pré-Vestibulares Comunitários (PVCom), lugar onde criam laços e redes de apoio que se fortalecem durante o período da graduação. Já os bolsistas ProUni, entram individualmente, muitas vezes, vêm de outras cidades ou de diferentes estados do País, sem referências ou redes sociais estabelecidas que facilitem a sua integração à Universidade.

Devemos considerar a diversidade de núcleos de PVCom, dos quais originavam os alunos atendidos na PUC-Rio com a bolsa Ação Social, como um elemento comum aos movimentos sociais. O que não podemos negar é que estes alunos construíam nos PVCom conhecimentos e práticas solidárias, e ainda, uma identidade social que facilitava o reconhecimento de seus integrantes. Criando assim, o que podemos chamar de 'rede social de apoio', uma espécie de 'argamassa' nas relações que eram estabelecidas posteriormente na PUC-Rio. Entretanto, retomaremos esta discussão no capítulo IV, da presente dissertação, através da voz dos alunos entrevistados.

Os alunos provenientes dos PVCom, assim, como os do ProUni, se por um lado conseguem ultrapassar barreiras e ingressar no ensino superior, por outro, o fazem em condição desfavorável, frente aos demais alunos da Universidade. As dificuldades com relação a transporte, alimentação, material didático, entre outros, revelam para esses alunos a outra face do acesso, ou seja, a luta pela permanência no ensino conquistado. Esta nova realidade incidiu, portanto, na criação do FESP, num primeiro momento, e na sua ampliação e estruturação, no decorrer de seu desenvolvimento, pois segundo as palavras de um dos bolsistas entrevistados, para esta dissertação "A permanência aqui é matar um leão a cada dia."

Finalmente, podemos dizer que a PUC-Rio é uma Instituição pioneira em vários aspectos, desde a própria criação até o desenvolvimento de pesquisas e ações sociais que visam ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve há mais de uma década um Programa de bolsa em parceria com os movimentos sociais, o que não diminuiu sua excelência acadêmica e reconhecimento perante a comunidade científica, pelo contrario, criou campo de estudo e pesquisa sobre o assunto como sinalizamos anteriormente. O advento do ProUni, fez com que a Instituição se adequasse às especificações legais do MEC, diminuindo assim, a concessão de outros tipos de bolsa. Todavia, a PUC-Rio continua recebendo alunos oriundos da classe-que-vive-do-trabalho, empobrecida, público selecionado pelo ProUni e conhecido anteriormente, devido a experiência da bolsa Ação Social.

Contextualizada a instituição e demarcado seu programa de bolsas, passemos à história do FESP, construída a partir da leitura dos documentos a que tivemos acesso e das entrevistas realizadas com o público selecionado.

3.2. O Projeto FESP: uma ação coletiva que viabiliza a permanência

No início da década de 90, com a entrada de alunos bolsistas integrais oriundos do PVCom, na PUC-Rio, a instituição depara-se com situações relatadas e vividas por esses, até então desconhecidas. Suas necessidades relacionadas à permanência na Universidade eram expostas a alguns funcionários, dentre eles, podemos destacar, os que trabalhavam na Vice Reitoria para Assuntos Comunitários (VRC), na Divisão de Pastoral Universitária (DPU), bem como, professores de diferentes Departamentos onde esses alunos estudavam.

Um grupo de funcionários e professores, sensibilizados com as histórias de vida relatadas pelos alunos, organizaram-se numa ação conjunta para enfrentar às questões relacionadas às dificuldades de permanência dos mesmos nos cursos de graduação. Iniciaram uma campanha para arrecadação de dinheiro, visando construir um fundo de solidariedade, que por sua vez, deveria ser gerido por um conselho, com o objetivo de distribuir as doações e destiná-las ao atendimento dos alunos. O grupo levou a sugestão à Reitoria, propondo uma ação de enfrentamento das questões vivenciadas pelo aluno bolsista e pobre da PUC-Rio.

Em 14 de março de 1997, nasce através da circular 06/97, do Reitor Pe. Jesus Hortal Sanches S.J., o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP). O documento convocava a comunidade universitária a uma campanha para compor um fundo de solidariedade com objetivo de ajudar às pessoas necessitadas que estivessem na Universidade, segundo ele, “os alunos necessitados e pessoas menos aquinhoadas, pessoas que sofreram reveses sérios na saúde ou nos seus bens”.¹⁶

A partir deste documento oficial de convocação para a criação de um fundo, a Reitoria determinou que ele fosse desenvolvido e coordenado pela Divisão de Pastoral Universitária (DPU) que instituiu o Dia da Solidariedade Universitária, no dia 03 de abril de 1997, o dia de arrecadação de recursos financeiros dando origem ao Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC/Rio. O dia 3 de abril de 1997 passa a ser reconhecido oficialmente com a data de fundação do FESP.

¹⁶ Circular 06/97, de 14/03/1997, escrito por Pe. Jesus Hortal Sanchez, S.J. Anexo 2.

Em 11 de Agosto de 1997 surge o regulamento do FESP, onde se estabelece a sua natureza, objetivos, público alvo, gestão e funcionamento. O documento prevê como objetivo “ajudar a membros da comunidade universitária da PUC-Rio em situações emergenciais”¹⁷ e como público alvo de atendimento: “(a) professores e funcionários que estejam em necessidade emergencial por motivos de catástrofe ou de acidente pessoal dos próprios; (b) alunos efetivamente matriculados necessitados de ajuda para alimentação e transporte”. (Regulamento do FESP, 1997)

Cabe ressaltar que este é o único documento encontrado que se refere a professores e funcionários como sendo também passíveis de atendimento pelo FESP. Os demais documentos de fundação e regulação a que tivemos acesso, bem como, as falas dos membros do CONSOL entrevistados, fazem referência apenas a alunos.

A gestão do fundo era realizada pelo Conselho de Solidariedade (CONSOL), composto por representantes dos seguintes órgãos: dois da Divisão de Pastoral Universitária (DPU), dois da Vice-reitoria para Assuntos Comunitários (VRC), um professor, um funcionário e um aluno. O CONSOL era presidido por um representante da DPU e tinha como principal função, estabelecer critérios de atendimento aos usuários, e ainda, acompanhar as situações dos alunos através de reuniões semanais, determinando como seria a distribuição do dinheiro existente no fundo¹⁸.

No primeiro momento do FESP, o coordenador da DPU era o Pe. Javier Pérez Enciso S.J. que participou do processo embrionário de construção e estruturação do FESP. Durante a atuação do CONSOL, o atendimento ao aluno era realizado basicamente pela equipe da DPU, uma vez que os alunos estavam presentes em seus espaços, por diversos motivos.

Vale ressaltar que tanto os PVCom, quanto a PUC-Rio e a DPU tem características relacionadas à Igreja Católica. O PVNC, grupo de Pré-Vestibulares pioneiro tem estreita relação com a Pastoral do Negro e da Juventude, na Baixada Fluminense, sendo às Igrejas Católicas as primeiras a cederem espaços para a realização das aulas. Os alunos vinham de um local relacionado com a Igreja Católica, quando chegavam à PUC-Rio procuravam pares, ou pessoas com as quais pudessem se identificar, a DPU sempre teve

¹⁷ Regulamento do FESP, de 11/08/1997, aprovado em reunião do Conselho de Solidariedade (CONSOL). Anexo 3.

¹⁸ Em anexo os fundadores do CONSOL em 1997. Anexo 4.

uma forte marca de acolhimento, sendo assim, favoreceu o encontro dos alunos nesse espaço.

É interessante notar que a Campanha da Fraternidade de 1998¹⁹ versava sobre Educação. O tema era “Fraternidade e Educação”, o lema “a serviço da vida e da esperança” atendia ao objetivo da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, e ainda, pretendia contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna, a partir de uma nova cultura, de novos valores inspirados na vida humana. (Texto Base – Campanha da Fraternidade – CNBB - 1998). O presente fato pode nos sinalizar o caminho que a Igreja Católica estava traçando na década de 90, o que irá fortalecer as ações sociais às quais ela incentiva, destacando-se entre eles os movimentos sociais e a atuação Pastoral.

As Campanhas da Fraternidade da década de 90 abarcavam temas sociais, relacionados aos trabalhos desenvolvidos pelas Pastorais, dentre eles: “A Fraternidade e o Mundo do Trabalho”, “A Fraternidade e a Juventude”, “A Fraternidade e os Excluídos”, “A Fraternidade e a Política”, “A Fraternidade e a Educação”, “A Fraternidade e os Desempregados” e “A Fraternidade e o Negro”. Como podemos observar, as ações sociais desenvolvidas pela Igreja Católica pautavam-se por temas presentes na nossa realidade social.

O FESP, sua constituição, conceitos e idéias, surgem no contexto de efervescência dos temas acima descritos, tendo como principal referência na PUC-Rio a DPU.

As entrevistas que realizamos com os membros do antigo CONSOL, buscavam conhecer na visão dessas pessoas, aspectos relacionados aos motivos que levaram à criação do FESP e seu envolvimento no Projeto, assim como, o trabalho realizado para o atendimento aos alunos. Buscamos conhecer também, a percepção do grupo quanto às políticas de acesso e permanência dos alunos oriundos da classe-que-vive-do-trabalho no ensino superior, e aproveitamos para levantar aspectos considerados por eles como positivos e negativos do FESP na atualidade, além de pedirmos sugestões que pudessem contribuir no seu desenvolvimento.

Os representantes do CONSOL e os funcionários entrevistados serão identificados por pseudônimos escolhidos aleatoriamente. Os membros do CONSOL entrevistados foram: Luiz, Ana, Lígia, Carlos e Teresa. Os funcionários do FESP foram: Gabriela e Fernando, participantes do início do processo de

¹⁹ Cartaz da Campanha da fraternidade de 1998. Anexo 5.

profissionalização do Projeto e que estão presentes até os dias atuais. Dos antigos membros do CONSOL entrevistados, apenas Teresa permanece ligada ao Projeto.

Ao perguntarmos sobre os motivos para criação do FESP, os entrevistados apresentam as dificuldades financeiras dos alunos para freqüentar a Universidade como sendo principal motivo, como podemos observar nos fragmentos:

“[...] em função da necessidade dos alunos que vinham para a PUC de comunidades populares. [...] a universidade fez com que os alunos pudessem receber um apoio, porque muitos chegavam à Pastoral com dificuldades até de ficar em pé, desmaiavam.” [Luiz]

“A necessidade literalmente, dos alunos beneficiados com a bolsa na época, os bolsistas com bolsa Ação Social, [...] que vinham de muito longe, com dificuldades para se locomover, ou seja, chegar até o campus e voltar para sua casa. Muitos comentavam que usavam o uniforme da escola pública, para não ter que pagar o transporte. [...] Uma das médicas na época, do ambulatório, vinha insistentemente, falando que crescia o número de alunos que chegavam ao serviço médico, com desmaio, com fraqueza, quer dizer, na verdade eles estavam com fome.” [Ligia]

Os relatos acima descrevem a condição de pobreza na qual os alunos se encontravam naquele momento, situações que tinham de enfrentar para estar presente nas aulas dos seus cursos de graduação. Um fato importante a ser considerado é o destaque que se dá aos sintomas da falta de alimento por prolongados períodos de tempo. Os alunos bolsistas, como vinham de locais distantes, neste primeiro momento, da Baixada Fluminense, comunidades da periferia do Rio de Janeiro, e ainda, de diferentes cidades do Estado do Rio de Janeiro, passavam longos períodos sem se alimentar. Podemos sinalizar a partir deste aspecto, a necessidade de atendimento emergencial, visto a demanda social por alimentação.

Teresa salienta em seu depoimento uma destas situações: *“Então, teve um caso sério de desnutrição de uma aluna, que desmaiou na sala de aula com fome.”*

Tal fato também é constatado por outros entrevistados que complementam a situação descrita, acrescentando diferentes aspectos:

“[...] Nós estávamos recebendo alunos vindos dos projetos de educação afro-brasileiros, e projetos de alunos carentes, e nós observávamos [...] que estes alunos precisavam de um suporte para poder freqüentar o curso com condições que aproveitassem todo potencial deles. O fato de ter uma isenção no curso não significava que tivessem condições ideais para acompanhar o curso. [...] Então me parece que foi esse desejo de dar melhor qualidade aos estudantes no seu projeto de vida escolar. Como proporcionar condições de suporte para que esses alunos pudessem desenvolver o curso, sem todos aqueles inconvenientes que, por exemplo, uma ausência de condições para comprar livro, para fazer um simples xerox, era muito complicado, e para sua própria manutenção alimentar, transporte, uma vez que esse grupo, ele residia na maioria deles muito longe e o transporte muito caro. Então isso tudo criava condições adversas para o desenvolvimento potencial daquele grupo.” [Ana]

Ana salienta a formação acadêmica como um dos aspectos que motivou a criação do FESP, para além da emergência de suprir a demanda social por alimentação, colocada por Luiz, Lúgia e Teresa.

Os relatos apontam ainda, outros motivos para criação do FESP, ligados à longa distância percorrida pelos alunos para chegar a Universidade, o valor elevado das passagens que eles deveriam pagar, e conseqüentemente, os longos períodos sem alimentação que ocasionavam sintomas físicos, tais como, fraquezas e desmaios em alguns alunos. Além da pouca disponibilidade financeira de adquirir determinados materiais de estudos, como fotocópias, ou livros para as disciplinas.

Para além dos motivos que impulsionam a criação do FESP, buscamos conhecer o envolvimento dessas pessoas no Projeto, com o objetivo de compreender as relações que permeavam esse momento de sua criação.

“Eu não entrei no FESP. O FESP que entrou em mim (risos). [...] na verdade eu já estava na Pastoral antes da vinda do FESP, quando chegou o problema, nós criamos o FESP.” [Luiz]

“Eu acho que eu não entrei no FESP não, o FESP que entrou na minha vida. (risos) Para mim, se apresentou como um desafio Pastoral, né. Como eu trabalhava na equipe da Pastoral, que tinha desafios, dentro do campus. Desafio de formar uma comunidade, de evangelizar, de fazer um serviço de evangelização na Universidade. O FESP se apresentou para mim como um desafio Pastoral.” [Teresa]

Os depoimentos destacados acima demonstram que alguns entrevistados já estavam presentes na DPU quando o FESP surgiu, o que justifica a idéia do Projeto ter entrado na vida deles, pois eram funcionários e assumiram o mesmo como mais uma de suas atividades em suas atribuições profissionais. De forma

geral, toda a equipe da DPU participava alguns funcionários com maior envolvimento, outros mais pontualmente. A DPU como já sinalizamos, tinha como um dos princípios norteadores de sua ação evangelizadora o acolhimento, no sentido de ouvir, a todos que procuravam, sejam eles, alunos, funcionários, professores, e até mesmo a população do entorno da Universidade. Os alunos bolsistas, em condição de pobreza, era apenas um dos públicos recebidos neste espaço institucional.

Existiram outras motivos para o envolvimento no FESP, uma vez que para ser membro do CONSOL não era necessário ser funcionário da DPU, pois como vimos, o mesmo foi constituído por outros representantes da comunidade universitária. Sendo assim, alguns foram convidados a participar do Projeto por integrantes do CONSOL, por funcionários da DPU, ou pelo próprio coordenador da DPU.

“Eu fui convidada a participar, pela minha inserção que eu tinha, muito mais ativa do que agora. [...] Talvez tivessem me convidado porque sabiam da minha inserção, e prontamente aceitei, e achei que seria muito importante a presença de alguém de serviço social neste grupo.” [Ana]

“[...] Eu sempre fui aqui, na PUC, sempre participei dos movimentos de organização [...] e na PUC, sempre fiz parte, estava sempre fazendo parte, de algum processo, sempre da representação dos funcionários e administrativos.” [Carlos]

O envolvimento em ações desenvolvidas pela Universidade parece ser um dos principais motivos para receber o convite à participação, para alguns dos entrevistados.

Um vez que tivemos a oportunidade de conhecer os motivos que levaram à criação do FESP. Sentimos necessidade de saber na visão dos entrevistados, quais os fatores determinantes para a criação do Projeto. Vejamos o que nos foi dito:

a) “[...] a gente tomar conhecimento que tem aluno dentro do campus universitário com fome, eu acho que é tudo para iniciar qualquer tipo de ação [...]. Os professores começaram a fazer esse mesmo tipo de observação.” [Ligia]

b) “Primeiro foi à dificuldade econômica dos alunos que vinham estudar na Universidade [...]. A segunda foi a Universidade ter acessibilidade para a solidariedade porque se visasse somente o lucro, não teria essa acessibilidade.” [Luiz]

c) “[...] a Universidade tinha que ter solidariedade. [...] Essas primeiras idéias de solidariedade, da missão de uma Universidade católica, estavam ali, por debaixo dessas iniciativas. [...]” [Ana]

d) “Uma proximidade muito grande com a realidade desses alunos que procuravam, naquele momento histórico, a Pastoral, que o FESP nasceu lá dentro. [...] a necessidade de incluir esses alunos no universo acadêmico.” [Teresa]

A questão da fome é apresentada como um dos fatores determinantes, da criação do FESP, em consonância com os motivos expostos anteriormente. Na década de 90, o Brasil passa por uma grande comoção no que diz respeito à fome. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida também como ‘Campanha da Fome’, liderada pelo sociólogo Betinho, em 1993, coloca a fome na pauta do dia. A fome é reconhecida como uma questão humana, e portanto, deve ser combatida emergencialmente, como disse Betinho: “Quem tem fome, tem pressa”, um dos slogans principais da Campanha. [MAGALHÃES, 2002]

A ‘Campanha da Fome’ baseava-se também no conceito de solidariedade, incitando que todos participem do combate a fome a partir de suas contribuições, tanto em forma de alimentos, quanto em doações em dinheiro, ou até mesmo em mão de obra.

Com relação ao FESP, a solidariedade aparece como um dos fatores determinantes de sua criação, associada à necessidade financeira dos alunos, e ainda, à missão institucional, já que a PUC-Rio é uma Universidade Católica e prevê esse princípio no seu marco referencial.

Solidariedade é um conceito estudado amplamente nas ciências sociais. Segundo Westphal (2008), a concepção atual de solidariedade surge no século XIX, em resposta à realidade da sociedade industrial. Embora seja um conceito moderno, possui origens na sociedade pré-moderna e dele, podemos citar idéias como: fraternidade, no sentido de amor altruísta ao próximo; o conceito legal romano de responsabilidade solidária; a chamada amizade civil, idéia pagã-republicana e a idéia bíblico-cristã de fraternidade, associada à irmandade (irmãos em Cristo). Os conceitos modernos passam pelo solidarismo francês, pela Doutrina Social da Igreja Católica, pela solidariedade de classe, e ainda, pela solidariedade como princípio do Estado.

Apesar desse conceito ser heterogêneo, refletimos a respeito da concepção da Doutrina Social Cristã, desenvolvida a partir de documentos que formam a Doutrina Social da Igreja (DSI).

Sendo a PUC-Rio uma Universidade Católica, suas ações pastorais respaldam-se na DSI que tem na solidariedade um de seus fundamentos. Desta forma, acreditamos que a referida Doutrina em muito tenha contribuído para a criação do FESP e fundamentado a ação de seus integrantes. Além disso, como discutimos anteriormente, a década de 90 também se constituiu num período em que se discutiam e incentivavam ações solidárias. A Campanha da Fraternidade, sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reforça a reflexão de temas eminentemente sociais e, sob a égide da Fraternidade, apresenta como um de seus objetivos permanentes os de “despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum.” [CNBB, CF, 1999, p.4] Neste sentido, a solidariedade torna-se uma virtude que permite às pessoas assumirem suas responsabilidades de uns para com os outros.

Segundo Jamur (1999), o conceito de solidariedade em tempos neoliberais na América Latina, fundamenta programas de governo que objetivam a transferência da responsabilidade estatal de garantir direitos, para a solidariedade da sociedade civil. Podemos citar como modelo, implementado no Brasil, o Programa Comunidade Solidária (PCS), Programa de Governo de combate à fome e à miséria que teve como princípios a parceria público-privado, a solidariedade, a descentralização das ações e a integração e convergência das ações de combate à fome. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira produziu movimentos e experiências de solidariedade importantes, em direção contrária ao PCS. Alguns grupos e associações uniram-se em redes solidárias com o objetivo de construir um campo político-democrático de lutas sociais.

Vale ressaltar a ação da Igreja Católica na América Latina, uma vez que as relações entre Igreja Católica e sociedade permeiam as ações apresentadas na presente dissertação. O FESP é criado e desenvolvido até 2007, na Divisão de Pastoral Universitária da PUC-Rio (DPU), desta forma, faz-se necessário compreender a doutrina social cristã e suas expressões na América Latina.

Para Westphal (2008), a doutrina social cristã baseia-se na visão de que a pessoa é a imagem de Deus, regida pelos seguintes princípios: a dignidade do ser humano, o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade. Na América

Latina, a partir dos anos 1960, ocorre a Teologia da Libertação (TL), que segundo Westphal (2008), que visava a transformação social conduzida pelo povo, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Teologia da Libertação aderiu à concepção de solidariedade da DSI.

“A solidariedade é compreendida como meio para criar uma ordem social, na qual cada indivíduo pode participar integralmente das possibilidades colocadas pela vida natural e pelas relações sociais. A idéia de solidariedade da TL é marcada pelas idéias do sentimento comum e do bem comum.” [WESTPHAL, 2008, p.47]

A solidariedade para a Teologia da Libertação possui uma dupla dimensão, a primeira de irmandade e fraternidade, e a segunda de reciprocidade exercida pelos iguais. Trata-se de uma concepção de solidariedade entre iguais, ou seja, uma solidariedade de classe, também compreendida como um conceito de luta dos trabalhadores.

Podemos observar que o FESP, traz no próprio nome: Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio, a sua origem e razão de ser. A criação de um ‘fundo’ foi a forma de organização coletiva pensada no momento, para enfrentamento de uma situação que surgia no cotidiano da PUC-Rio. A necessidade de se alimentar e se transportar, apresentada por alguns estudantes universitários, e principalmente, a questão da fome, foi o que imprimiu a ‘emergência’ do enfrentamento da questão. O termo solidariedade, além de ser um dos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica, estava em voga na década de 90, tanto no que se refere aos programas governamentais, quanto às ações da sociedade civil organizada, expressa principalmente em formas de combate a pobreza, no que diz respeito ao enfrentamento da questão social.

A solidariedade, como vimos no primeiro capítulo, também se relaciona com a filantropia. Desta forma, o FESP, além de ter a solidariedade como uma prática na sua criação, continua tendo a mesma como um de seus aspectos uma vez que, é um Projeto filantrópico. Podemos considerar a solidariedade como um conceito base do FESP.

No tocante aos objetivos do FESP, podemos delinear as contribuições dos entrevistados:

“Era atender os alunos para que eles pudessem estudar e receber um recurso para comer e andar de ônibus para chegar a Universidade. Porque tinha uns que vinham só duas vezes por semana, porque não tinha dinheiro para passagem.” [Luiz]

“Os objetivos eram esses: desenvolver a capacidade dos alunos naquilo que é importante numa Universidade. [...] dar condições para que os alunos pudessem desenvolver seu projeto de vida universitária. [...]” [Ana]

Percebe-se que para alguns o objetivo era atender a essa demanda social focalizada na necessidade de transporte e alimentação dos alunos bolsistas pobres. No entanto, para outros entrevistados, os objetivos do FESP não estavam claros, nesse momento, e foram construídos ao longo de sua implementação. Como diz Lígia: “Ninguém sabia direito. O objetivo, dar transporte e alimentação.” Tal perspectiva é confirmada por Teresa:

“Eu percebo que os objetivos não estavam tão definidos e sistematizados, como hoje estão. É óbvio, mas eu diria que a motivação fundante do FESP já tinha presente esses objetivos [...]. E a permanência do aluno aqui, era uma permanência comprometida, não o objetivo claro como é hoje, sistematizado, essa permanência. Mas, o objetivo era que ele não fosse embora. [...] era para evitar a evasão.” [Teresa]

Os objetivos do Projeto, segundo as contribuições dos entrevistados foram definindo-se ao longo do tempo e hoje temos clareza de que o FESP tem o objetivo de garantir a permanência no ensino superior de alunos pobres. É importante destacar que esse foi um processo historicamente construído, bem como, nos demais projetos ou movimentos sociais. Passemos a questão do atendimento oferecido pelo FESP, no início de sua implementação.

Ao buscarmos conhecer como era realizado o atendimento aos alunos, os entrevistados apontaram questões relativas à organização da distribuição dos auxílios, as reuniões com os alunos e aos atendimentos individuais feitos pela equipe da DPU. Como podemos observar a organização e a distribuição dos auxílios acontecia de acordo com a disponibilidade de dinheiro, baseada numa dinâmica de atender imediatamente as necessidades concretas apresentados pelos mesmos.

“Eles vinham no início do mês, pegavam o ticket e assinavam uma lista, [...]” [Luiz]

“[...] Não tinha dificuldade concreta, a pessoa nos procurava, numa aflição e era atendido individualmente. Além das reuniões, que se tratava de assuntos gerais. [...] Tinha atendimento individual com quem estava lá, disponível.” [Ana]

“Ninguém sabia direito. O objetivo era dar transporte e alimentação. [...] Nem que seja uma refeição no bandeirão, nem que seja um lanche no bar das freiras, e foi isso mesmo. A gente saía pedindo as freirinhas aqui, para fornecer um lanche, então elas forneciam, era um Nescau, [...] pão com manteiga.” [Ligia]

Até a contratação do primeiro estagiário de serviço social, o FESP atuava de forma emergencial, no sentido de responder às necessidades urgentes e concretas. Podemos perceber que a partir da entrada de Fernando, em 2002, inicia-se o processo de profissionalização do Projeto.

“A instituição do Projeto não existia como é hoje, entrega do documento, entrevista. Então eu comecei a organizar essa parte de entrevista, que não existia. A pessoa entregava o RG e CPF, e mandava o nome deste aluno para saber se era bolsista ou não e qual era o tipo de bolsa, e isso já determinava o perfil do aluno. [...] Tinha uma ficha que era de cadastro, que na verdade era a mesma da vice-reitoria comunitária. [...] Aqueles que eram emergência, não existia nenhum tipo de cadastro, de registro. [...] O controle que tinha, foi que eu comecei a incluir aqueles que passavam mais vezes, chamava para uma conversa, que na verdade, seria a entrevista, já para ver se ele tinha o perfil.” [Fernando]

O CONSOL tinha atribuições de regulação do fundo e uma assistente social da VRC que supervisionava o estagiário e emitia o parecer social, o que determinava se o aluno tinha ou não o perfil para ser atendido pelo Projeto.

O FESP atuou com a lógica do atendimento imediato, durante o início. Nesse caso, o aluno que precisava, ia à DPU, e procurava o Projeto para receber o ticket de alimentação, ou vale-transporte, somente para um dia. Era o chamado ‘emergencial’, distribuído aleatoriamente entre os alunos bolsistas. Segundo relato de Fernando era comum tal prática.

Com a contratação de uma funcionária para administrar os recursos do FESP, diminuem a distribuição dos ‘emergenciais’, e inicia-se a construção de uma equipe de trabalho direta com o objetivo de atender aos alunos.

Apesar da lógica do FESP estar relacionada a solidariedade e ao atendimento emergencial, acreditamos que ele seja uma forma de assistência ao estudante universitário, contudo, faz-se necessário refletir sobre categorias como assistência social e assistencialismo, de acordo com a visão dos entrevistados para que possamos compreender o FESP na atual conjuntura social.

A assistência social, como vimos no primeiro capítulo, é um direito, reconhecido pela Constituição de 1988. Ana afirma: “[...] A assistência social como algo que significa um direito. [...] está inserida na nossa Constituição. [...]” Teresa corrobora com a idéia de assistência social enquanto direito reconhecido: “Assistência social, garantia do básico necessário para o ser humano, artigo 6º da Constituição Federal, direitos sociais.”

Gabriela, além de abordar a assistência social como direito, define o público alvo que deve ser objeto de intervenção.

“[...] Assistência social, meio que um pouco, para dar esses direitos para essas pessoas [...] os pobres. Uma questão de saúde, moradia, alimentação, isso que é garantido pela Constituição, artigo 6º, são direitos sociais, uma boa parte da população brasileira, não tem esses direitos garantidos e a assistência social, entra para tentar minimizar essa diferença. [...]” [Gabriela]

Na percepção de alguns dos entrevistados, assistência social passa por outras questões como a promoção humana, o atendimento às necessidades das pessoas que solicitam e as exigências institucionais onde atuam os profissionais de serviço social. Vejamos algumas contribuições:

“[...] é a promoção humana dos valores, dos conteúdos, das potencialidades do ser humano, para que ele independente do seu nível, de riqueza, ou pobreza, ele se desenvolva.” [Luiz]

“Uma pessoa que tem formação em conteúdo humanístico [...]. Assistência de uma maneira geral, financeira, que envolve as necessidades que a pessoa encontra em sua vida.” [Carlos]

“[...] eu acho que é o trabalho que o FESP vem tentando fazer, e eu acho que com sabedoria, ser profissional é não ser assistencialista, e ver realmente qual o objetivo, que programa é esse, e qual o objetivo do programa para tentar atingir a meta, atendendo sempre ao objetivo maior que é o da instituição. [...]” [Lígia]

Lígia aborda a questão do assistencialismo, como contraponto da assistência social e coloca o FESP como exemplo de atuação, embora não defina explicitamente a categoria. Já Fernando amplia a discussão e realiza uma reflexão crítica: “É uma política que é direito dos indivíduos da sociedade. [...] Na nossa sociedade é muito residual, focalizada.”

Vale refletir sobre a categoria assistência social tendo por referência autores do serviço social, profissão que se constituiu para atuação nesse campo. Sposati (2007) define assistência social como um conjunto de práticas que o

Estado desenvolve, através de programas sociais, junto às chamadas 'classes subalternas', tem caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista.

Segundo Pereira (2001) a assistência social é um direito e tem como princípio a equidade e a justiça social sendo assim, requer ações interventivas do estado para concretizá-las.

Para definir assistência social devemos ter o horizonte de uma política social, definida como direito de todos que dela precisarem em algum momento de sua vida, sendo assim, deve ser garantida pelo Estado. No entanto, existem formas de enfrentamento da questão social, fundadas em ações coletivas e de luta por garantia de direitos sociais que não se traduzem em assistência social, mas em práticas sociais vinculadas a representações coletivas, sejam elas, associações, organizações ou instituições. Apesar disso a assistência social não pode deixar de ser entendida como um direito e, portanto deve ser garantida pelo Estado, assim como, a Educação, a Saúde, a Habitação, dentre outros direitos sociais.

O conceito antagônico a assistência social é o assistencialismo, uma prática social conhecida, e defendida nos espaços sociais da Igreja e do Estado. Vejamos o que os nossos entrevistados entendem por assistencialismo.

“Assistencialismo como algo que cria dependência. [...] Não adianta a gente desenvolver formas assistencialistas, porque elas não criam condições para que a pessoa, se torne senhora para caminhar com seus próprios pés.” [Ana]

“[...] me parece que é mais uma questão de decidir por ele, ele recebe ajuda e não participa tanto quanto, não envolve as pessoas. É pouco democrático.” [Carlos]

“Ajuda, auxílio, emergência.” [Teresa]

Percebemos que Ana, Carlos e Teresa, entendem o assistencialismo como uma ajuda na emergência de uma determinada situação que aflige uma pessoa, relacionado à dependência entre quem presta ajuda e o que recebe. Essa idéia é reforçada por Fernando, em outras palavras.

“[...] não tem objetivo nenhum, a pessoa que recebe um serviço que é prestado, no qual a pessoa acaba se tornando dependente daquele serviço, porque ele não tem o objetivo de autonomia dessa pessoa, acaba que a assistência social, deveria ter esse objetivo.”

Luiz, Lígia e Gabriela relacionaram o termo assistencialismo ao FESP.

“Eu acho que é você resolver um problema imediato. E tem que fazer! A pessoa está passando fome, você não vai fazer um discurso para ele de promoção humana, tem que dar comida para ele. Como a gente fez com o FESP, a pessoa estava com fome, a gente dava comida.” [Luiz]

“[...] é como muita gente vê o trabalho do FESP, que é aquela visão, completamente contrária ao que a gente vem brigando. Que exemplo posso dar: coitadinho, ele vem de tão longe, que ele não precisa ter aprovação na disciplinas, ele pode ficar aí, recebendo qualquer tipo de auxílios, que na verdade é um benefício, no sentido de benesse.” [Lígia]

“[...] atendimentos mais pontualmente, só por um período, você não está resolvendo o problema da pessoa, você dá alimentação, você vai ter que dar para o resto da vida, porque você não favorece nenhum instrumento para que ela possa ter a própria alimentação, por isso que no projeto há diferença, porque parece assistencialismo, mas não é, você está dando uma formação paralela, a Universidade fornece a formação paralela. Você vai manter ela com transporte e alimentação, por quatro anos, para daqui a quatro ou cinco anos não precisar.” [Gabriela]

Como podemos verificar, a partir dos fragmentos das falas dos entrevistados, o primeiro entrevistado afirma que a prática do assistencialismo já esteve presente no cotidiano do FESP. Já a segunda, nega tal prática a partir do conhecimento que possui sobre o Projeto, imprime em sua fala a expressão ‘coitadinho’, no que se refere aos alunos atendidos. A terceira pessoa defende a idéia de que o FESP não seja assistencialista por ter como objetivo final a educação, e ainda, possuir um caráter transitório de atendimento das necessidades apresentadas.

No entanto, é importante definir o que seria assistencialismo. Para Sposati (2007) o assistencialismo trata a população que irá receber determinado serviço de forma paternalista, que é repassado como ‘benefício’, algo ‘concedido’ pelo Estado não como direito reconhecido e adquirido de forma legítima. A necessidade se constituiu em objeto de ajuda, reiterando a dependência entre o que oferece a ajuda e o que recebe.

Consideramos a presente definição elucidativa às práticas relacionadas ao que chamamos de benefício, a palavra em si, nos remete a algo que é concedido gratuitamente a alguém, criando vínculos de dependência, impossibilitando a emancipação humana do sujeito que recebe a benesse. O FESP não é uma prática assistencialista, embora tenha um cunho assistencial,

principalmente por ter como objetivo final a garantia de um direito, o de possibilitar ao bolsista a permanência no ensino superior, apesar das demandas sociais geradas pela condição de pobreza na qual o aluno se encontra, e não é assistência social, pois não se configura como política social, nem direito garantido. É uma ação coletiva de enfrentamento de uma questão que se impõe ao cotidiano da PUC na década de 90. Atualmente é uma prática filantrópica que atua na garantia do direito a educação.

Como o FESP foi criado dentro de uma Pastoral Universitária, o conceito de caridade, ao lado da solidariedade, discutida anteriormente, é uma das palavras ouvidas com frequência naquele espaço, por esse motivo, mereceu abordagem na presente dissertação.

Para Luiz, caridade “É ver no outro um irmão [...]”. Já para Ana, “Caridade é um valor que expressa a disposição. [...] de voltar-se para o outro gratuitamente.” A idéia de gratuidade está presente na construção ideológica do termo caridade, de acordo com a concepção cristã do termo. A caridade como expressão do amor ao próximo é colocada por Gabriela, “[...] pela minha experiência de vida cristã, é muito você sentir junto com o outro, eu veja a caridade quase como a compaixão.” A concepção de Gabriela é reforçada por Fernando, “[...] caridade é o dar, e você dá, sem querer nada em troca. Dar de coração, aí tá muito ligado a questões religiosas, de fazer o bem ao próximo. [...] não é um serviço prestado.”

Contrário às idéias apresentadas acima, Carlos diz que não entende nada sobre o assunto e Lígia responde: “[...] a caridade leva ao pecado mortal, porque leva a ira, que é um pecado terrível. [...]”

Os depoimentos confirmam Diaz (2000) para quem o conceito de caridade está atrelado à concepção cristã de amor ao próximo, consistindo em amar sem esperar nada em troca, sendo o outro a finalidade da ação a ser praticada.

Segundo Quiroga (2001) o modelo de assistência que vigora no Brasil durante o período colonial foi o modelo Santa Casa, baseado na caridade cristã, desenvolvido pelas Irmandades de Misericórdia. Durante esse período o modelo de caridade estava atrelado a doação de dinheiro pelos considerados ricos, e ao exercício da humildade, no que diz respeito a aceitação da condição de pobreza dos considerados pobres. Tal prática justificava a ordem desigual da sociedade.

Como nos referimos no primeiro capítulo, à Igreja preocupava-se em promover a educação para os ricos, favorecendo a formação da elite e às práticas de caridade e da solidariedade era destinada aos pobres, através das obras de atendimento aos 'mais necessitados'.

A caridade está intimamente ligada à filantropia uma vez que “corresponde as formas de ação social de atores privados” [Quiroga, 2001, p. 46]

A filantropia em si, não garante direitos, contudo no caso do FESP viabiliza a manutenção do aluno no ensino superior, uma vez que o Estado não o faz. Sendo assim, passemos ao que os entrevistados percebem por direito.

No que se refere a essa categoria direito, os entrevistados apresentam questões relacionadas a conquistas da humanidade, construção coletiva, e cidadania, conceitos complementares na definição de direito. Para Fernando, “É o que está constituído em lei.”

Carlos e Gabriela, não definem objetivamente o que seria direito, mas exemplificam quais seriam.

“Direitos, aquilo que o cidadão, cidadã, tem na vida. Direito a caminhar, a se alimentar, a estudar. [...]” [Carlos]

“[...] para mim, é uma palavra que se auto – define, né. O ser humano, tem algumas questões que não pode deixar de ter, que é próprio dele, ele tem que ter saúde, tem que viver, ser feliz, são direitos que a pessoa tem. Como assegurá-los que é difícil.” [Gabriela]

Já Lúgia, atrela direito à dever.

“[...] necessariamente me obriga a falar de deveres. Direitos, vamos falar de Constituição, de todos os direitos humanos, todos os direitos no mais amplo sentido da palavra, contanto que os deveres, estejam sempre aí, em paralelo.”

Direito, segundo Navarro (2000), pode ser entendido como norma ou lei, e também como faculdades, ou poderes das leis vigentes. Existem diferentes concepções de direito: a) a concepção normativa – conjunto de normas que emanam do poder (Estado); b) concepção sociológico-relativista – constituído pelos comportamentos sociais efetivos e pelas decisões dos juízes; c) concepção ôntico-valorativa – pressupõe uma dimensão ética, preocupada com a Justiça, para além das normas, das leis, e dos juízes. Em síntese, “o direito é algo cuja função é ordenar a vida social.” [NAVARRO, 2000, p.216]

A categoria direito nos remete à assistência social. Já a categoria assistencialismo pode ser associada à caridade. Desta forma, podemos afirmar que o direito e a assistência social, são categorias antagônicas à caridade e assistencialismo. A análise dessas categorias tem por objetivo elucidar as diferenças em suas concepções, de acordo com as pessoas que de alguma forma, influenciaram na criação e desenvolvimento do Projeto, trazendo à tona a diversidade de olhares que constituem um determinado conceito.

Apesar das contradições entre as categorias não terem sido esgotadas no presente estudo, podemos avançar para a análise da expressão 'assistência ao estudante universitário', presente no cotidiano do FESP, que foi explicitada pelos entrevistados de diferentes maneiras.

Para Teresa é “Caminho para cidadania.”

Já Luiz, refere-se a várias formas de atender ao estudante: “Pode ser várias assistências: [...] pode ser na assistência psicológica, pode ser assistência pedagógica, pode ser na área social, econômica, pode ser no sentido de orientações profissionais.”

Lígia revela em sua fala uma prática comum na PUC-Rio, a movimentação de muitos para que algum aluno possa estudar na Universidade.

“[...] existe a assistência ao estudante universitário em todos os aspectos, até antes do aluno realizar, por exemplo, uma prova do concurso de vestibular, ele já vem sendo assistido pela PUC. Estou elogiando todo o corpo de funcionários da Universidade, quando eu falo isso, é porque fazem tudo. Você vai em qualquer outra instituição de ensino, eu nunca vi, não sei se a direção da PUC, vê isso, mas é impressionante, tudo mundo se movimenta para assistir o estudante, do 'cara' do estacionamento, até a colação de grau. [...]” [Lígia]

Um dos entrevistados refere-se diretamente ao FESP: “[...] O FESP, acho que é um modelo disso.” [Carlos]

Outros definem o termo como tendo o principal objetivo, oferecer condições para a formação universitária.

“[...] ele tem que ter o mínimo de condições para se formar.” [Gabriela]

“Acho muito importante, desde que munida com o espírito de formação, de criar na ambiência universitária, a cooperação, a participação, a solidariedade. Então, a assistência deve se afastar do assistencialismo para se tornar, uma oportunidade da participação universitária.” [Ana]

“É você assistir, atender o universitário para suprir algumas demandas, [...] demandas que de alguma maneira ele apresenta em relação a sua permanência na universidade, ao seu acesso a universidade.” [Fernando]

A idéia de assistência é definida por Sposati (2007) como uma modalidade de produção de bens e serviços a uma classe social, deve ser executada através de políticas públicas pelo Estado. Esse conceito é muito difundido na área do serviço social, contudo, a palavra assistência, pode ser interpretada pelo senso comum como proteção, amparo, ajuda, auxílio, dentre outras definições. Desse modo, percebemos que para os entrevistados o significado de assistência aproxima-se do senso comum por isso atribui-se ao FESP tal expressão.

Durante as entrevistas também procuramos conhecer a opinião dos entrevistados a respeito da conjuntura atual do ensino superior, incluindo perguntas relacionadas ao acesso e permanência, de estudantes com baixo poder aquisitivo. Vejamos suas respostas.

Para Teresa, o acesso ao ensino superior é uma questão que engloba a educação enquanto direito social. “[...] O acesso ao ensino superior passa por uma boa educação fundamental, para mim é isso. [...] é um bom ensino fundamental e um excelente ensino médio que favorece esse acesso. [...]”

Já para Ana, o acesso possui um significado diferente, podendo ter duas perspectivas: o exame realizado e as condições socioeconômicas que favorecem a realização do exame.

“[...] quer dizer, tem várias discussões: acesso, via vestibular, ou via não vestibular. [...] A Universidade também está procurando um acesso mais aberto, na medida que ela, de alguma forma, dá condições, por exemplo, para alunos que vem de preparação de pré-vestibulares chamados populares, ela tenta dar um acesso, facilita a inscrição no concurso, enfim, ela dá um certo acesso que não tira a qualidade de avaliação, mas permite que o aluno, pelo menos, ingresse para se candidatar nesse vestibular.” [Ana]

As falas de Teresa e Ana demonstram duas condições objetivas relacionadas ao acesso, à forma de entrada, ou seja, o exame, seja ele vestibular ou ENEM, e às condições educacionais impostas aos alunos ao longo de sua trajetória escolar, numa perspectiva de resultado desse processo.

Para Zago (2006) o acesso ao ensino superior das chamadas 'camadas populares', tem sido objeto de recentes estudos sobre o assunto na área da sociologia da educação, definindo-se geralmente na linha de investigação da relação família-escola e na busca de explicações para o rompimento com a lógica vigente entre esses estudantes: a escolaridade de curta duração.

No âmbito privado do ensino superior, o acesso vem sendo impulsionado pelo ProUni, que recebeu dos entrevistados, as seguintes interpretações:

"Acho que é uma conquista, mesmo com os defeitos, é transformar aquilo que algumas Universidades faziam, como uma obra social sua, em uma política pública de governo. Então, eu acho que é esse o papel mesmo dos movimentos sociais, as lutas como essas do movimento negro, das pastorais [...]" [Luiz]

"[...] tem prós e contras, penso que os prós são você dar acesso ao ensino superior, que deveria ser direito de todos, a uma camada da sociedade, que talvez, não tivesse acesso. Os contras, é exatamente como esse aluno vai se manter. Por exemplo o ProUni, tem lá a questão do auxílio permanência, porém a PUC não tem, nenhum aluno recebe este auxílio, por conta do número de horas-aula que o integral deveria ter e não recebe. [...]" [Fernando]

O FESP é um Projeto que visa à permanência no ensino superior, do aluno bolsista integral e pobre, o ProUni faz parte desse contexto, uma vez que, é o Programa de Governo que promove o acesso ao ensino superior privado. Para efeitos da presente dissertação, como a partir do que discutimos anteriormente, compreendemos o ProUni como um Programa de recorte neoliberal que atende a exigências internacionais de alcance às metas relacionadas ao percentual do número de jovens (18 a 24 anos) no ensino superior.

No que diz respeito a PUC-Rio, como visto na presente dissertação, o ProUni, se insere na Instituição com características de continuidade do programa de bolsa existente. Um dos entrevistados corrobora com essa idéia.

"É a continuidade do Programa de Bolsas da PUC, eu acho que foi uma grande coisa para as outras instituições, para a PUC, continuamos." [Ligia]

Para Silva (2003), a questão do acesso ao ensino superior, principalmente para alunos pobres, é resultado do êxito escolar, desde a educação básica, e ainda, traz à tona a questão da permanência nos estudos. Alunos universitários pobres, oriundos de favelas e periferias, representam o

rompimento da situação mais comum nesses espaços sociais, a baixa escolaridade.

Desta forma, chegar ao ensino superior representa, status social, possibilidade de ascensão socioeconômica e melhora na condição de pobreza.

Gabriela percebe o acesso interligado à permanência, podemos perceber essa relação em sua fala:

“[...] o acesso, a pessoa entrou, a pessoa tem que permanecer, e com o mínimo de qualidade, não é só assistir as aulas e enfrentar, duas, três, quatro horas de condução pública, que é deficitária, no caso do Rio de Janeiro, ter que enfrentar o tempo de aula, trabalhar, e ter um bom rendimento acadêmico. É desigual a formação acadêmica do aluno que precisa passar por isso tudo, do outro que pega o seu carro, e em quinze minutos está aqui, come no restaurante que quer, compra os livros que quiser.” [Gabriela]

A permanência no ensino superior, segundo os entrevistados, suscita diferentes aspectos, dentre eles, a escolha do curso, as condições socioeconômicas de se manter freqüentando a graduação, aspectos relacionados ao aprendizado de conteúdos necessários e a diversidade cultural trazida por esses alunos.

“Permanência é um ponto muito delicado, primeiro porque o jovem, às vezes vem com uma expectativa de Universidade que a primeira vista não corresponde, ele tem que escolher profissões. [...] Então você tem condições de permanência dos custos, de permanência na Universidade, em que você aí, tem que ter formas de manutenção. [...] Então tem aspectos de ordem de aprendizado, todos eles estão relacionados, de vocação, que é uma expressão que pouco se usa, mas que é muito importante, [...] ou de ordem de manutenção concreta, de recursos econômicos e culturais para você levar.” [Ana]

“[...] ela implica em qualidade do ensino superior, abertura a realidade social dos alunos que trazem toda uma cultura, um lastro cultural, que nem sempre é acolhido no meio acadêmico. Permanência é dar condições aos alunos de otimizar tudo que a Universidade oferece a ele, de ter acesso a isso, que não é só passar no vestibular e chegar numa sala de aula. É poder freqüentar, cursos que a Universidade oferece, é poder freqüentar os laboratórios, ter acesso aos recursos [...]” [Teresa]

“Permanência é ter condições de se manter no curso, na locomoção, na alimentação e no material didático. Ter condições de freqüentar as aulas.” [Fernando]

Segundo Zago (2006) a presença de ‘camadas populares’ no ensino superior representa para muitos uma vitória pessoal, tanto no que se refere ao acesso quanto à permanência até a finalização do curso. Uma das formas de

‘financiamento’ desse estudo é através do trabalho, seja ele em tempo parcial ou completo.

Durante o estudo realizado pela referida autora, 21 dos 27 alunos entrevistados para pesquisa, realizavam algum tipo de trabalho para obter renda, o que acarreta limites acadêmicos para a participação de eventos, encontros e atividades coletivas voltadas para o curso. Esse é um, dentre muito desafios enfrentados pelos alunos para permanecer na Universidade. Retomaremos a dinâmica do cotidiano estudantil de alunos de graduação pobres, no capítulo 3, a partir da fala dos alunos.

De maneira geral, pode-se dizer que as respostas que nos foram dadas reforçam a necessidade de implementação de programas assistenciais visando não apenas o acesso, mas a permanência de alunos provenientes da classe-que-vive-do-trabalho no ensino superior. Apenas a gratuidade não é suficiente e os alunos pobres necessitam de subsídios financeiros para arcar com seus estudos e, conseqüentemente, garantir sua permanência nas universidades.

Os funcionários e professores entrevistados foram convidados a realizar uma avaliação sobre o Projeto FESP. Contudo, para que o estudo tenha maior clareza, preferimos incluir as contribuições deles juntamente a dos alunos. Desta forma, apresentaremos a avaliação no terceiro capítulo da presente dissertação.

Em que pese às contradições inerentes a todo e qualquer projeto de cunho assistencial numa sociedade, marcadamente capitalista, o FESP, ao longo dos anos tem se constituído num programa que busca garantir a não evasão, ou seja, a permanência de alunos pobres em cursos de graduação oferecidos pela PUC-Rio.

O fato de receber a bolsa de estudos seja ela Ação Social ou ProUni e, por isso, estar isento do pagamento da mensalidade, é uma etapa que não se esgota em si mesma, na medida em que, como nos revelaram os depoimentos dos “fundadores” do FESP, existem outras despesas relacionadas à manutenção deste aluno na universidade. Desde o ano de sua criação até os dias atuais, já se passaram mais de 10 anos. Muitos foram os alunos atendidos e várias foram as mudanças na sua estrutura e organização. Passemos a uma descrição dessas mudanças.

3.3. A demanda social dos alunos bolsistas e o crescimento do FESP durante dez anos de trabalho

De acordo com o relatório de atividades da Divisão de Pastoral Universitária (DPU) podemos ter algumas indicações do número de pessoas atendidas durante os dez anos do FESP. Vale ressaltar que as fontes de informação são diversificadas, por não terem sido sistematizadas durante um bom período do Projeto. Os dados quantitativos foram obtidos através de planilhas e livros de assinatura, juntamente com os relatórios anuais de atividades da DPU, onde se encontram algumas indicações e aproximações dos dados.

Conforme sinalizado pelos entrevistados, o FESP, inicialmente atendia com alimentação, sendo distribuídos lanches ou almoços, oferecidos por comerciantes com estabelecimentos dentro da PUC-Rio, que se prontificavam a fornecer uma cota de alguns produtos vendidos para o atendimento dos alunos pelo FESP. O transporte era adquirido através das doações de funcionários, professores, entre outros, parceiros da Universidade que se disponibilizavam a doar. Existiam ainda, fotocópias, retiradas por um dos membros do CONSOL, no departamento da Universidade onde trabalhava com prévia autorização da PUC-Rio. Estas foram, as formas de ajuda aos alunos bolsistas integrais durante os primeiros anos do FESP.

No ano de sua criação, o presidente do CONSOL, enviou uma carta de agradecimento aos colaboradores, retratando a situação pela qual passavam os alunos atendidos pelo FESP naquele momento, referindo-se a escassez de recursos²⁰.

Em 1998, temos o registro no relatório de atividades da Pastoral de 100 alunos e 1 funcionário, atendidos no FESP e um cadastro de 120 alunos selecionados pela equipe de assistentes sociais da Vice-reitoria para Assuntos Comunitários (VRC). Podemos concluir que havia uma lista de espera de aproximadamente 20 alunos.

O atendimento de um funcionário vai de encontro ao regulamento do CONSOL, contudo esse foi o único ano em que foi registrado o atendimento desse público, o que não ocorreu nos anos seguintes.

²⁰ Anexo 6.

No ano de 1999, tendo como fonte de dados, o relatório do FESP, escrito de acordo com as reuniões realizadas com os alunos, foram atendidos no mês de março 60 alunos, em junho foram incluídos mais 76 alunos para recebimento somente de fotocópias. Desse modo, encerra-se o ano com 136 alunos atendidos.

Em 2000, o FESP torna-se um Projeto, escrito pelo coordenador da DPU, Pe. Emmanuel da Silva e Araújo S.J., para solicitar o pedido de financiamento a empresas e instituições que quisessem contribuir para o trabalho do FESP. No primeiro projeto escrito temos a apresentação de dados sobre o atendimento, sendo 103 alunos atendidos neste ano e uma fila de espera de mais 108 alunos que ingressaram no primeiro semestre letivo da PUC-Rio. Outro fator importante é o de ser contratada pela DPU uma estagiária da pastoral para o Projeto, com o objetivo de acompanhamento dos alunos atendidos, através de reuniões mensais. Ressalta-se que era uma aluna do curso de Engenharia e tinha a mesma origem dos alunos atendidos no FESP naquele momento, o que facilitava o relacionamento entre o Projeto e os alunos.

No Projeto escrito, constam depoimentos dos alunos sobre o FESP. Podemos transcrever um deles para percebermos a situação em se encontravam os alunos atendidos naquele momento.

“Estou cursando Letras e procurei o FESP pelo fato de não ter condições suficientes para me manter na faculdade, pois meu pai, que tem 51 anos encontra-se desempregado. Enquanto aguarda a liberação da aposentadoria ele realiza serviços informais (biscates) conseguindo uma renda de R\$ 200,00 por mês. Devido a essa situação, minha alimentação é inadequada e insuficiente. Por isso procurei o FESP, onde recebo ajuda de ticket refeição e xerox, que tem sido fundamental para eu não parar de estudar.” [Aluna do 3º período de Letras]

O quadro descrito acima, pela aluna, retrata a condição de pobreza enfrentada pelos alunos em 2000 e que infelizmente ainda vigora no Projeto, legitimando sua existência.

Em 2001, o Pe. Emmanuel (coordenador da DPU) envia o projeto para a Sociedade Brasileira de Educação (SBE), atualmente chamada Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS) em busca da ampliação e financiamento dos auxílios para atendimento dos alunos. Em novembro, Clara Milman (Assistente Social da VRC) apresenta um relatório sobre o perfil do aluno atendido no FESP, solicitado pelo Pe. Emmanuel, uma vez que, todos os alunos eram atendidos primeiro pelas assistentes sociais da VRC, em busca da bolsa

de estudos. O relatório descreve o atendimento de 183 alunos, com transporte e alimentação e uma fila de espera de 23 alunos.

Com a aprovação do Projeto FESP pela ANEAS, e o estabelecimento da parceria, em meados de 2002, inicia-se o processo de profissionalização do FESP. O CONSOL já havia se diluído em 1999, a DPU era a principal responsável pela execução do FESP. Percebe-se a necessidade de um estagiário de serviço social para o atendimento dos alunos, realização de entrevistas e acompanhamento social. Sendo assim contrataram o estagiário que foi supervisionado por uma assistente social da VRC. Posteriormente, é contratada uma funcionária da DPU, com cargo de animadora de pastoral para gerenciar os recursos financeiros do Projeto.

De acordo com a revista "Pastoral 30 anos de amor e serviço", lançada em junho de 2002, foram atendidos 250 alunos no primeiro semestre letivo desse ano, com transporte e alimentação para os dias de aula do curso. Para o segundo semestre, após a assinatura de convênio com a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS), o FESP passa a atender aproximadamente 400 alunos com transporte e alimentação. Foi feito um pedido à mesma instituição para que financiasse o auxílio moradia e foram atendidos neste ano, 26 alunos.

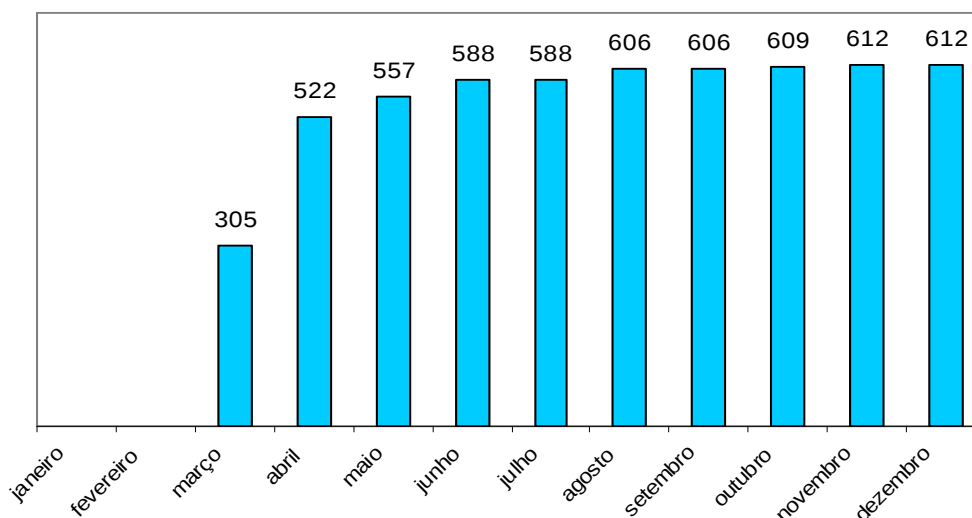
A entrada da ANEAS como instituição financiadora de grande parte dos recursos do Projeto, possibilitou um considerável aumento no número de alunos atendidos. Este fato inaugura uma nova fase no FESP, onde há necessidade da criação de uma dinâmica de escrita de relatórios, de prestação de contas, e reescrita do Projeto aprovado anualmente, possibilitando a renovação do convênio institucional, entre PUC-Rio e ANEAS.

O projeto escrito e enviado para a ANEAS, passa a nortear os rumos de execução do FESP, aumentando as exigências institucionais de controle e atendimento do perfil, definido como público alvo de assistência social pela Lei de Filantropia, e ainda, há necessidade de rigor na documentação entregue pelos alunos para análise socioeconômica.

Segundo informações constantes no Projeto enviado para ANEAS, o FESP atendeu em 2003, a 612 alunos com auxílios de alimentação e transporte, em média 40 alunos com auxílio moradia e 1 com auxílio odontológico. A equipe direta compunha-se de duas estagiárias de serviço social, uma animadora de

pastoral e a assessora de departamento, que atuava diretamente no auxílio moradia.

Gráfico 3 – Distribuição do número de alunos atendidos mensalmente pelo FESP em 2003



Fonte: Levantamento de dados a partir de planilhas de assinaturas de auxílios, ano base 2003. Arquivos do FESP.

No ano de 2004, o convênio com a ANEAS foi renovado e foram atendidos até dezembro o total de 660 alunos, com auxílios para alimentação e transporte, este total é resultado da somatória dos alunos atendidos tanto no primeiro semestre quanto no segundo, sendo contabilizados também os alunos que se formaram no meio do ano. O Projeto atendeu ainda, em torno de 45 alunos com auxílio moradia e 3 com auxílio odontológico.

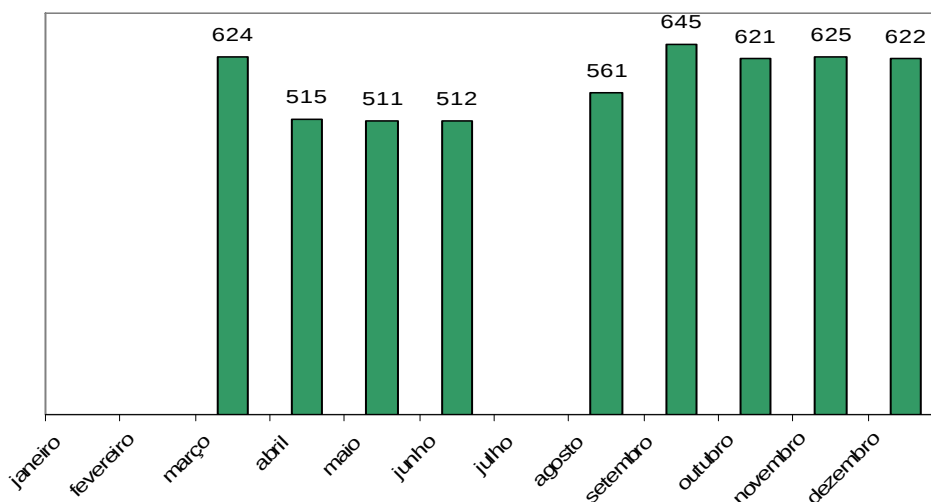
No que se refere à equipe de Serviço social, foi ampliada para 3 estagiárias, supervisionadas por uma assistente social da PUC-Rio (VRC).

O relatório enviado para ANEAS traz uma contribuição importante sobre o funcionamento do Projeto e suas fontes de recursos, pois mostra que o custo geral do FESP era de R\$ 995.155,10 para atender a 660 alunos, sendo uma média de R\$ 1.507,75, por aluno/ano. Os valores disponibilizados pela ANEAS representavam 72,35% do total utilizado para execução do FESP.

No que se refere ao financiamento do Projeto FESP, faz-se necessário especificar a fonte dos recursos recebidos para execução do mesmo na

atualidade. As fontes são: 1) A ANEAS, que anualmente aprovada às ações e o orçamento previsto para o próximo ano, ela fiscaliza permanentemente a distribuição dos recursos, seja através de planilhas de prestação de contas, assinada pelos alunos que recebem os auxílios, enviada mensalmente, ou através de visitas da assistente social responsável, e ainda, através de relatórios semestrais do Projeto. 2) A PUC-Rio, subsidia a alimentação, concedendo desconto no pagamento do restaurante e destina metade da arrecadação do estacionamento interno (vagas de funcionários e professores) para o FESP. 3) Os professores e funcionários doam através da autorização de descontos em seus contracheques, o valor que desejem dispor ao Projeto. 4) Existem ainda, parceiros que através de descontos em serviços para atendimento dos alunos contribuem para o FESP.

Gráfico 4 – Distribuição do número de alunos atendidos mensalmente pelo FESP em 2004



Fonte: Levantamento de dados a partir de planilhas de assinaturas de auxílios, ano base 2004. Arquivos do FESP.

Como podemos verificar, em março de 2004, foram atendidos 624 alunos, com uma queda no mês de abril quando essa quantidade diminui para 515 alunos. Tal fato deve-se há duas situações: 1) A formatura dos alunos; 2) Durante os meses de janeiro/fevereiro foram realizadas as entrevistas de todos os alunos atendidos pelo Projeto, até 2004, sendo observados aspectos socioeconômicos e criados critérios de atendimento pelo FESP. Foi o primeiro

momento de definição de critérios de atendimento condicionado a avaliação socioeconômica do aluno. Desta forma foi observado que alguns estavam fora do perfil e esses foram desligados do FESP.

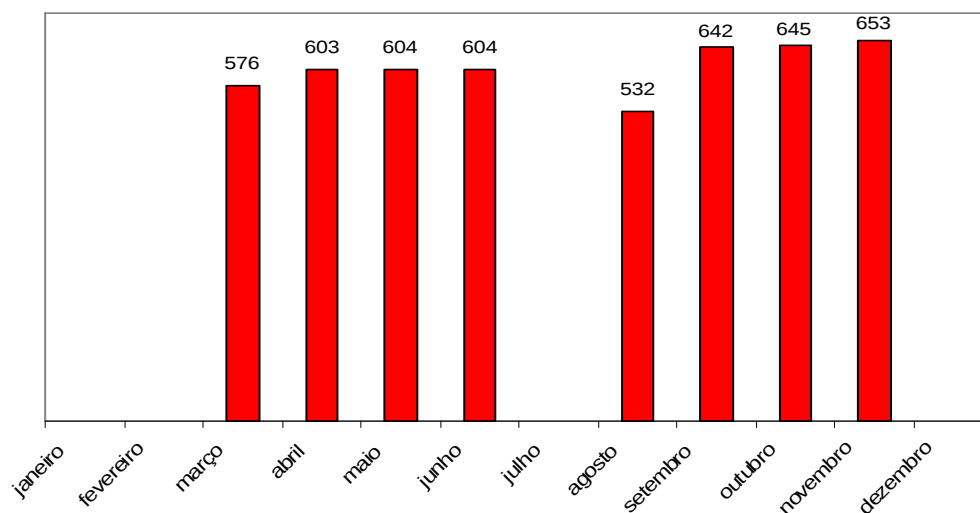
Em julho de 2004 foram realizadas as entrevistas de alunos que ingressaram no primeiro semestre letivo, e ainda, alguns alunos se formaram no primeiro semestre de 2004, possibilitando a entrada de novos alunos. Esses foram ingressando no FESP durante os meses de agosto e setembro. Chegando em outubro à média constante de alunos atendidos.

No que se refere ao ano de 2005 o quadro configura-se em: 704 alunos atendidos com auxílios transporte e alimentação durante todo o ano. Dentre eles, em média 47 alunos foram atendidos com auxílio moradia, 4 com auxílio psicoterápico e 4 com auxílio odontológico. Com relação aos custos do Projeto, no ano de 2005, o custo geral foi de R\$ 1.362.310,00 para atendimento de 704 alunos, sendo uma média per capita de R\$ 1.935,10. A ANEAS financiou 67,02% do total dos custos.

Quanto às inovações do projeto, foi criado o auxílio psicoterápico para atendimento de demandas relacionadas a tratamentos psicológicos, questão identificada ao longo dos atendimentos realizados pelo serviço social, agora com equipe composta por quatro estagiárias/os e dois assistentes sociais contratados para o Projeto.

Além do atendimento psicoterápico, o FESP atuou com cursos de informática básica, em parceria com a K-House, atendendo a em média 20 alunos. E ainda, entrou na rede de empreendimento sociais da PUC-Rio, criada neste ano. A queda no número de alunos em agosto/2005 deve-se também à formatura de meio de ano e o aumento a partir de setembro à entrada de novos bolsistas.

Gráfico 5 – Distribuição do número de alunos atendidos mensalmente pelo FESP em 2005

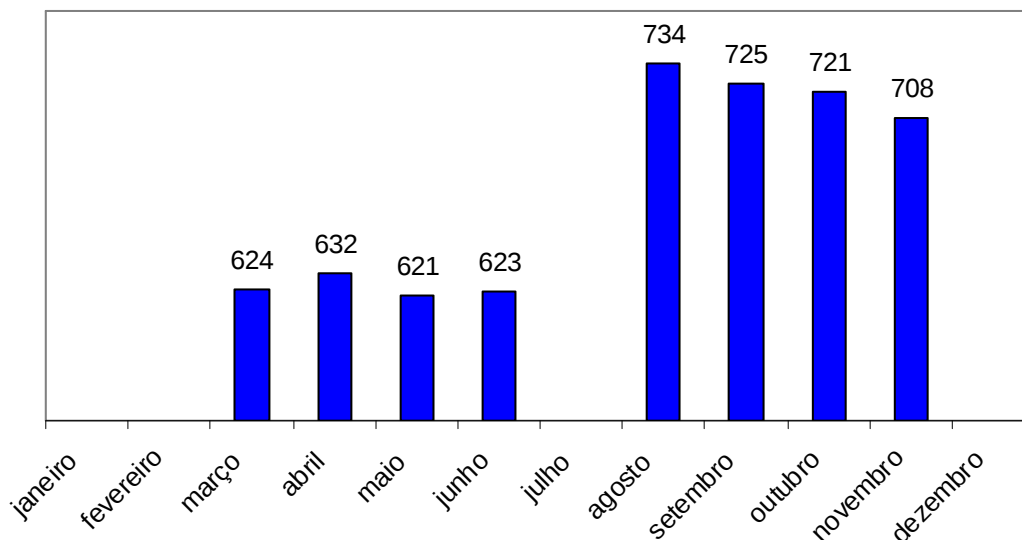


Fonte: Levantamento de dados a partir de planilhas de assinaturas de auxílios, ano base 2005. Arquivos do FESP.

Em 2006, foram atendidos 790 alunos com auxílios de transporte e alimentação, em média 70 alunos com auxílio moradia, 3 com auxílio odontológico, 15 com auxílio psicoterápico e 615 alunos com livros didáticos, inicia-se o chamado auxílio material didático. Continua a parceria entre o FESP e a K-House para o oferecimento de curso de Informática. No final do primeiro semestre de 2006 formaram-se 20 alunos. O aumento no número de alunos em agosto deve-se a inserção de alunos novos, entrevistados e avaliados durante o primeiro semestre letivo.

No que se refere aos valores do Projeto, o custo geral foi de R\$ 1.489.589,14 para atender ao total 790 alunos, sendo que a ANEAS forneceu ao FESP o percentual de 83,35% do valor total utilizado neste ano.

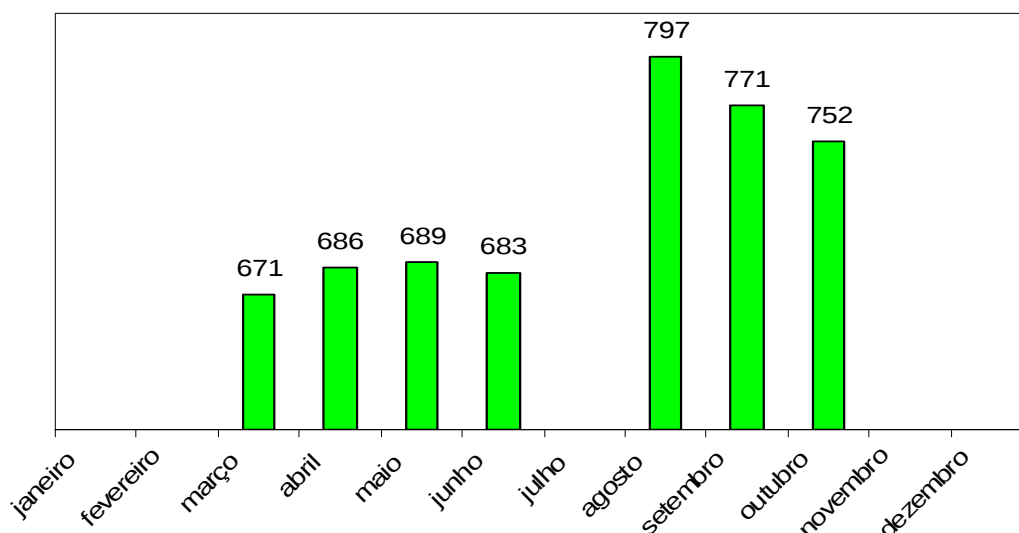
Gráfico 6 – Distribuição do número de alunos atendidos mensalmente pelo FESP em 2006



Fonte: Levantamento de dados a partir de planilhas de assinaturas de auxílios, ano base 2006. Arquivos do FESP.

Durante todo o ano de 2007, o FESP atendeu a 847 alunos com auxílios transporte e alimentação, em média 80 foram atendidos com auxílio moradia, 8 com auxílio odontológico, 34 com auxílio psicoterápico, 792 alunos receberam os livros que escolheram para sua área de estudos. Os dados levantados para a pesquisa só puderam ser recolhidos até o mês de outubro de 2007, visto o período em que foi realizada a mesma. Desta forma, não apresentaremos os gastos relativos a este ano.

Gráfico 7 - Distribuição do número de alunos atendidos mensalmente pelo FESP em 2007



Fonte: Levantamento de dados a partir de planilhas de assinaturas de auxílios, ano base 2007. Arquivos do FESP.

Podemos perceber que o Projeto FESP cresceu em diferentes aspectos, dentre eles, o número de alunos atendidos, aperfeiçoamento da forma de prestação de contas, instrumentos de registro e controle dos auxílios distribuídos, e a equipe de atendimento. O aumento no número de alunos em agosto deve-se a inserção de alunos novos, entrevistados e avaliados durante o primeiro semestre letivo.

Em 2007, o Projeto FESP e sua equipe foram transferidos de setor dentro da PUC-Rio, por decisão da Reitoria, passaram a trabalhar no setor de bolsas e auxílios da Vice-reitoria para Assuntos Comunitários.

Uma vez apresentado o crescimento do Projeto, segundo a demanda social dos alunos, faz-se necessário, destacar a construção e a formação de uma equipe de serviço social para atuar diretamente no FESP.

A profissionalização do Projeto tem o objetivo de construir uma ação que responda às necessidades dos alunos e às exigências das instituições financiadoras.

O FESP atualmente é composto por uma equipe de serviço social na qual atuam dois assistentes sociais e três estagiárias, somada a equipe geral composta ainda por uma coordenadora e uma assessora de departamento.

O atendimento realizado pela equipe de serviço social é a porta de entrada para o FESP. A equipe desenvolve desde atividades de informações aos que se interessam pelo Projeto até entrevistas e acompanhamentos sociais, utilizando-se de técnicas e instrumentos próprios do serviço social.

O trabalho no FESP foi se estruturando e criando metodologias de atendimento aos alunos. Ressalta-se que o serviço social se faz presente em todo o processo de criação do Projeto, num primeiro momento através das Assistentes Sociais da VRC – PUC-Rio que tiveram participação efetiva no CONSOL, assim como no encaminhamento, no atendimento de alunos neste período, bem como a supervisão de estagiários destinados a atuar no Projeto.

Hoje a equipe de serviço social atende a todos os alunos do projeto, sendo necessário a assinatura e o carimbo de identificação em todas as fichas de cadastro dos alunos, como estabelecido em convênio entre a PUC-Rio e a ANEAS, o que confere legitimidade de atendimento ao público alvo da filantropia.

É evidente o corte filantrópico do Projeto, pois atua entre duas instituições filantrópicas, de cunho educacional (PUC-Rio) e assistencial (ANEAS). O FESP, mesmo sendo uma ação social com objetivo de garantir a permanência no ensino superior de alunos pobres, não é uma política de direito à assistência social, no entanto, pode servir como exemplo de um trabalho que possui resultados positivos, como a inserção de alguns alunos atendidos nos cursos de pós-graduação e participação em intercâmbios internacionais. Outro indicador de resultados do FESP é o Coeficiente de Rendimento Acumulado²¹ dos alunos atendidos que são em média 7,83.

As conquistas dos alunos nos permitem afirmar a transitoriedade do projeto na formação do aluno, a equipe de serviço social evita o uso da palavra benefício, adotando a expressão auxílio por considerar que o FESP é tão somente, uma ação que viabiliza a permanência do aluno bolsista na Universidade. O protagonista dessa história é o aluno, responsável pela sua formação e desempenho acadêmico. De acordo com suas escolhas e ações são capazes de gerenciar e assumir suas responsabilidades saindo da relação de dependência associada a caridade, para uma relação mais autônoma, de sujeito de direito.

²¹ Coeficiente de Rendimento Acumulado se refere a soma de notas dividido pelo número de disciplinas.

Tendo como pressuposto o protagonismo social dos alunos, passemos a conhecê-los, saber quem são, onde moram, como se compõe suas famílias, e posteriormente conheceremos visões, idéias e impressões, sobre os temas pesquisados no próximo capítulo.